

## **MP discute unificação de entendimento institucional para implementação do Projeto Florestar**

O Ministério Público, por meio do Núcleo de Urbanismo e Meio Ambiente do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis e de Tutela Coletiva (CAO-Cível), em atendimento ao Plano Geral de Atuação 2013, realizou, na última quarta-feira (20), reunião com membros da Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos e do Conselho Superior do Ministério Público para discutir a implementação do Projeto Florestar.



*Membros do MP-SP durante a reunião do Projeto Florestar*

A reunião teve como objetivo debater a participação da segunda instância e dos órgãos da Administração Superior na implementação do Projeto Florestar, notadamente em relação à na unificação dos entendimentos do novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/12).

Também foram sugeridas teses de entendimento em relação à APP Reserva Legal e Anistia, conforme dispositivos contrariados pelo novo Código Florestal, objeto das ações diretas de inconstitucionalidade (ADINs) propostas junto ao Supremo Tribunal Federal. O Projeto Florestar foi criado em novembro de 2012

pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis e de Tutela Coletiva, com a finalidade de estabelecer uma programação de trabalho do Ministério Público, nas áreas de Urbanismo e Meio Ambiente, para o desenvolvimento de ações legislativas, em especial o novo Código Florestal. As sugestões das teses institucionais estão disponíveis na página do Ministério Público.

Clique [aqui](#) para ver o projeto florestar.

**Núcleo de Comunicação Social - [comunicacao@mp.sp.gov.br](mailto:comunicacao@mp.sp.gov.br);  
Ministério Público do Estado de São Paulo - Rua Riachuelo, 115 – São Paulo (SP)  
Tel: (11) 3119-9027 / 9028 / 9031 / 9039 / 9040**